



**A DESIGUALDADE RACIAL COMO FATOR DE SEGREGAÇÃO EDUCACIONAL:**  
uma revisão bibliográfica sobre barreiras históricas e estruturais no acesso e  
permanência de estudantes negros no ensino fundamental II escolas públicas no  
Brasil

Helena Gomes Alves<sup>1</sup>

**Resumo**

Este estudo analisa como a desigualdade racial opera como fator de segregação educacional de estudantes negros no Ensino Fundamental II brasileiro. Por meio de revisão bibliográfica, investigaram-se os marcos históricos e legais, os indicadores de evasão, repetência e baixo rendimento e as práticas institucionais que reproduzem o racismo estrutural no ambiente escolar. O objetivo geral foi compreender os mecanismos que limitam o acesso e a permanência de crianças negras na escola; os objetivos específicos envolveram mapear legislação, identificar dados estatísticos e discutir o papel do currículo e das políticas públicas na promoção ou no enfrentamento da exclusão. Os resultados apontam que, apesar dos avanços legais (Lei 10.639/03 e LDBEN), persistem barreiras institucionais, ausência de representatividade e práticas pedagógicas excludentes. Conclui-se pela urgência de ações que articulem formação docente antirracista, revisão curricular e monitoramento de indicadores para efetivar a equidade racial no Ensino Fundamental II.

**Palavras-chave:** Desigualdade racial; Ensino Fundamental; Racismo estrutural; Segregação educacional.

**Resumen**

Este estudio analiza cómo la desigualdad racial influye en la segregación educativa del alumnado negro en la Escuela Primaria II de Brasil. Mediante una revisión bibliográfica, los autores investigaron si los marcos históricos y legales, la deserción escolar, la repetición de curso y los indicadores de bajo rendimiento, así como las prácticas institucionales, reproducen el racismo estructural en el entorno escolar. El objetivo general fue comprender los mecanismos que limitan el acceso y la permanencia de los niños negros en la escuela; los objetivos específicos incluyeron el mapeo de la legislación, la identificación de datos estadísticos y la discusión del papel del currículo y las políticas públicas en la promoción o el enfrentamiento de la exclusión. Los resultados indican que, a pesar de los avances legales (Ley 10.639/03 y LDBEN), persisten barreras institucionales, falta de representación y prácticas pedagógicas excluyentes. La conclusión es que se necesitan urgentemente acciones que articulen la formación docente antirracista, la revisión curricular y el seguimiento de indicadores para lograr la equidad racial en la Escuela Primaria II.

**Palabras-clave:** Desigualdad racial; Educación primaria; Racismo estructural; Segregación educativa.

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campos Bacanga – São Luís – MA. E-mail: [helenagomes99@hotmail.com](mailto:helenagomes99@hotmail.com).



## 1 INTRODUÇÃO

A educação, conforme garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), é um direito social de todos os brasileiros. Entretanto, embora o acesso à escola tenha se expandido nas últimas décadas, a equidade educacional ainda representa um desafio, sobretudo para a população negra. O racismo estrutural, entendido como um sistema de desigualdades historicamente enraizadas nas instituições sociais, impacta diretamente o percurso escolar de crianças negras, especialmente no Ensino Fundamental II das escolas públicas, onde se observa maiores índices de evasão, repetência e baixos desempenhos escolares entre estudantes negros (Cavalleiro, 2003; Gomes, 2005).

Essa realidade evidencia que a igualdade formal no acesso à educação não garante, por si só, a justiça social ou a permanência com sucesso no ambiente escolar. Para Silva (2019), a escola brasileira ainda reproduz práticas e discursos que invisibilizam ou desvalorizam as identidades negras, reforçando uma lógica de exclusão que está na base das desigualdades educacionais. De encontro com as ideias de Silva, questiona-se: De que forma as desigualdades raciais, sustentadas por estruturas históricas e sociais, influenciam o acesso, a permanência e o rendimento escolar de estudantes negros no Ensino Fundamental II no Brasil? Assim, torna-se necessário analisar os mecanismos históricos, sociais e institucionais que sustentam a segregação racial na educação, refletindo sobre como o racismo interfere diretamente na trajetória dos estudantes negros.

A escolha por este tema justifica-se pela urgência em compreender a atuação das barreiras raciais no contexto escolar e sua influência na construção de trajetórias de exclusão ou pertencimento. Como destaca Munanga (2004), não é possível pensar em democracia educacional sem considerar as desigualdades históricas que estruturaram o Brasil e que, ainda hoje, moldam o acesso ao conhecimento e à cidadania. A educação, portanto, deve ser problematizada a partir

PROMOÇÃO



APOIO





de uma perspectiva crítica e antirracista, que reconheça a pluralidade étnico-racial do país e combata as práticas discriminatórias no cotidiano escolar.

Nesse sentido, este estudo, por meio de uma revisão bibliográfica, pretende analisar como a desigualdade racial atua como fator de segregação educacional no Ensino Fundamental II das escolas públicas brasileiras. A investigação busca discutir os marcos históricos e legais da exclusão educacional da população negra, identificar os indicadores de desigualdade no ambiente escolar, refletir sobre o papel do currículo na reprodução ou enfrentamento do racismo institucional e, por fim, apontar estratégias e políticas públicas que promovam a equidade racial na educação básica.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, discute-se a relação entre racismo estrutural e a educação no Brasil, com foco na forma como esse fenômeno histórico e sistêmico influencia as trajetórias escolares de estudantes negros no Ensino Fundamental II. Serão analisados os principais marcos históricos que sustentam a exclusão educacional da população negra, bem como indicadores que evidenciam a desigualdade racial nesse nível de ensino, como taxas de evasão, repetência e desempenho acadêmico. Além disso, será examinado o papel da escola tanto como espaço de reprodução das desigualdades raciais, por meio de práticas pedagógicas excludentes e currículos pouco representativos, quanto como espaço de resistência, onde políticas públicas, ações afirmativas e práticas educativas antirracistas podem contribuir para a construção de uma educação mais equitativa e inclusiva.





## 2.1 Racismo estrutural e educação no Brasil

O racismo estrutural se manifesta por meio da naturalização de práticas sociais excludentes e da institucionalização da desigualdade. Segundo Almeida (2019), o racismo estrutural não é apenas uma questão de atitudes individuais, mas de estruturas sociais que produzem e reproduzem desigualdades. No contexto educacional, isso se expressa nas desigualdades de acesso, permanência e desempenho escolar entre estudantes brancos e negros.

A análise dessa realidade revela que o sistema educacional brasileiro, historicamente elitista e excludente, ainda mantém mecanismos de segregação que penalizam os estudantes negros. A baixa representatividade de docentes negros, a ausência de conteúdos que valorizem a história e a cultura afro-brasileira e a negligência diante do racismo sofrido por alunos negros são indícios da manutenção de uma lógica discriminatória.

Além disso, o racismo estrutural na educação também se revela por meio da omissão institucional diante das desigualdades raciais, muitas vezes justificadas por uma suposta neutralidade pedagógica. Conforme aponta Ribeiro (2017), o discurso da meritocracia, comum no ambiente escolar, desconsidera os marcadores sociais da diferença, como a raça, naturalizando as dificuldades enfrentadas por estudantes negros e os culpabilizando por seus insucessos. Esse tipo de abordagem ignora os contextos de desigualdade histórica e social, reforçando uma lógica que perpetua o fracasso escolar como destino de determinados grupos raciais.

## 2.2 Indicadores de desigualdade racial no Ensino Fundamental II

Diversos indicadores estatísticos revelam a desigualdade racial na educação básica. Segundo o IBGE (2022), crianças negras são mais afetadas por reprovação e evasão escolar, além de apresentarem menor rendimento em avaliações nacionais. O Censo Escolar de 2020, por exemplo, mostra que estudantes negros



compõem a maior parte dos alunos em situação de defasagem idade-série e nas escolas com piores condições de infraestrutura.

Esses dados evidenciam que a desigualdade racial não se limita ao acesso à escola, mas compromete também a permanência com qualidade e equidade. Como destaca Carneiro (2005), a desvalorização do saber negro, aliada à ausência de políticas pedagógicas antirracistas eficazes, contribui para um ciclo de exclusão educacional.

Outra dimensão importante dos indicadores de desigualdade racial no Ensino Fundamental II é a escassez de representatividade nos materiais didáticos e no corpo docente, o que impacta diretamente na construção da autoestima e identidade dos estudantes negros. De acordo com Lopes (2018), quando o ambiente escolar ignora ou marginaliza as contribuições da população negra, reforça-se a sensação de não pertencimento, o que pode influenciar negativamente no interesse e no desempenho escolar desses alunos. Essa invisibilização é uma forma de violência simbólica que afeta tanto o aprendizado quanto o desenvolvimento social e emocional dos estudantes.

### 2.3 A escola como espaço de reprodução e resistência

A escola é um espaço ambíguo, que pode tanto reproduzir quanto combater as desigualdades sociais. De acordo com Candau (2008), muitas práticas escolares ainda seguem uma lógica eurocêntrica, silenciando saberes e identidades negras. No entanto, há também experiências educativas transformadoras, que assumem uma perspectiva intercultural e antirracista.

A Lei nº 10.639/2003 representa um marco legal importante ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira. Contudo, sua efetivação depende do compromisso pedagógico das instituições e da formação crítica dos educadores. Nesse sentido, é essencial compreender que a escola pode se



constituir como um espaço de resistência ao racismo, por meio da valorização das identidades negras e do combate às desigualdades estruturais.

Ademais, a construção da escola como espaço de resistência passa pela escuta ativa das vivências dos estudantes negros e pela inserção dessas experiências nos projetos pedagógicos. Corroborando com as palavras de Macaé (2016), o reconhecimento das vozes e trajetórias negras no ambiente escolar é uma forma potente de romper com a lógica de invisibilização e inferiorização. Quando os saberes dos estudantes negros são legitimados, cria-se um ambiente propício à valorização da diversidade e à formação de sujeitos críticos e conscientes de seus direitos.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão bibliográfica permitiu identificar que as desigualdades raciais no Ensino Fundamental II são resultados de processos históricos de exclusão que ainda permanecem ativos. Este estudo demonstrou que o racismo estrutural se reflete nas práticas escolares, na composição do currículo, nas relações interpessoais e nos resultados educacionais de estudantes negros.

Cavalleiro (2003) aduz que as escolas muitas vezes ignoram ou minimizam os episódios de discriminação racial, o que reforça a ideia de que o racismo é algo pontual, e não estruturante. Essa postura contribui para o sofrimento emocional dos estudantes negros e impacta negativamente em seu desempenho escolar. Gomes (2005) também aponta que o currículo escolar brasileiro ainda privilegia a cultura europeia em detrimento das contribuições africanas, o que compromete a identificação e o pertencimento dos alunos negros ao espaço escolar.

A literatura evidencia ainda que, apesar dos avanços legais, como a LDBEN e a Lei 10.639/2003, os desafios para garantir uma educação equitativa e antirracista permanecem. É necessário transformar não apenas os conteúdos, mas também as





metodologias e a formação docente, de forma que a escola seja de fato um espaço de inclusão e valorização da diversidade étnico-racial.

Portanto, promover equidade racial no ambiente escolar exige ações concretas, que vão desde a gestão escolar até a sala de aula. Isso inclui a implementação efetiva de políticas públicas, o monitoramento de indicadores raciais e a valorização da identidade dos estudantes negros. Somente assim será possível romper com o ciclo de exclusão educacional que historicamente atinge essa população.

É importante destacar que o enfrentamento da desigualdade racial na educação exige uma postura ativa por parte dos educadores, que devem reconhecer o racismo como um problema pedagógico. Conforme Freire (1996), não há neutralidade na prática educativa: ou se contribui para a reprodução das injustiças ou se atua para superá-las. Nesse sentido, o professor precisa assumir o papel de agente transformador, capaz de promover uma educação libertadora, baseada no diálogo e na valorização da diversidade cultural e racial.

Através deste estudo, enfatiza-se a importância da formação continuada dos profissionais da educação para lidar com as questões étnico-raciais de forma crítica e sensível. A ausência de preparo para reconhecer e enfrentar o racismo no cotidiano escolar contribui para a perpetuação da segregação. De acordo com Reis (2021), somente por meio da qualificação docente com enfoque nas relações raciais é possível construir caminhos para uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

Outro ponto levantado por esta pesquisa diz respeito à ausência de representatividade nos espaços de poder dentro da escola, o que influencia diretamente na construção das expectativas sobre os estudantes negros. Conforme argumenta Silva (2017), quando os alunos não se veem representados entre os professores, coordenadores e gestores, tende-se a reforçar a ideia de que o sucesso educacional não lhes pertence. Essa falta de referência positiva contribui para o



afastamento simbólico e emocional do ambiente escolar e impacta a motivação e a autoestima dos estudantes negros.

A escuta das experiências e vivências dos alunos também se mostra uma ferramenta essencial na construção de uma escola mais inclusiva. De acordo com Oliveira e Jesus (2020), muitas práticas discriminatórias não aparecem nas estatísticas, mas são percebidas cotidianamente nas relações interpessoais, como na desconfiança sobre a capacidade dos estudantes negros ou no tratamento diferenciado por parte de professores. Tais atitudes reforçam um ambiente hostil à permanência e ao sucesso desses alunos e, por isso, devem ser discutidas no planejamento pedagógico das escolas.

Além disso, estudos analisados nesta pesquisa destacam que experiências bem-sucedidas de combate ao racismo na educação têm em comum o compromisso institucional com uma pedagogia crítica e a valorização de práticas culturais afro-brasileiras. Como afirma Araújo (2021), escolas que promovem rodas de conversa, trabalhos interdisciplinares e celebrações da cultura negra criam ambientes de pertencimento e fortalecem vínculos entre estudantes e a comunidade escolar. Essas iniciativas, quando contínuas e sistematizadas, ajudam a reconstruir a escola como um espaço legítimo de reconhecimento e cidadania para os estudantes negros.

Contudo, a implementação efetiva de políticas públicas depende do engajamento de toda a comunidade escolar, incluindo gestores, famílias e alunos. Como observa Gomes (2012), é necessário que a escola desenvolva uma proposta político-pedagógica comprometida com a equidade racial, que vá além do cumprimento formal da legislação. Isso implica rever conteúdos, linguagens e práticas, de modo que o ambiente escolar se torne acolhedor e representativo para os estudantes negros.





#### 4. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como a desigualdade racial se configura como fator de segregação educacional no Ensino Fundamental II de escolas públicas brasileiras. Através da análise bibliográfica, foi possível constatar que a educação no Brasil ainda é marcada por barreiras estruturais e institucionais que limitam as oportunidades educacionais da população negra.

Evidenciou-se que o racismo estrutural está enraizado nas práticas escolares, influenciando desde o acesso até o desempenho acadêmico dos estudantes negros. As políticas públicas implementadas, embora importantes, ainda carecem de efetividade e acompanhamento. A valorização do conhecimento afro-brasileiro, a formação de professores para lidar com a diversidade e a revisão crítica do currículo são medidas fundamentais para a construção de uma escola mais justa e equitativa.

A escola, enquanto espaço de formação de cidadãos, precisa se comprometer com práticas que não apenas reconheçam a diversidade, mas que também a valorizem como um elemento constitutivo da aprendizagem. O silêncio diante das desigualdades raciais contribui para a naturalização da segregação, fazendo com que estudantes negros carreguem, muitas vezes sozinhos, o peso de uma trajetória marcada por obstáculos que ultrapassam o âmbito pedagógico. É preciso romper com esse ciclo de invisibilidade e criar condições para que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas.

A construção de um ambiente escolar antirracista depende da conscientização coletiva de que o racismo não é apenas um problema social externo, mas uma questão urgente dentro da própria estrutura educacional. Isso implica rever rotinas, abordagens didáticas, critérios de avaliação e até as expectativas depositadas nos estudantes. Quando a escola se recusa a discutir a desigualdade racial, ela reforça um padrão de exclusão que mina o potencial de milhares de crianças e adolescentes negros.

PROMOÇÃO



APOIO





Enfrentar a segregação educacional imposta pelo racismo não é tarefa fácil, mas é um caminho necessário para a promoção da justiça social. Esse enfrentamento exige disposição para transformar práticas cotidianas, questionar privilégios e reconfigurar o papel da escola como instrumento de inclusão e emancipação. Mais do que um dever institucional, é uma responsabilidade ética que se materializa nas pequenas ações que constroem, todos os dias, uma educação mais humana, equitativa e verdadeiramente transformadora.

Portanto, este trabalho reforça a necessidade de uma educação antirracista, que reconheça as múltiplas identidades dos sujeitos e que se comprometa com a superação das desigualdades históricas. Combater o racismo na escola é promover uma sociedade mais democrática, onde todos tenham condições reais de aprender, crescer e transformar suas realidades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, Lúcia Helena. Práticas pedagógicas antirracistas na escola pública: caminhos para a equidade. **Revista Interterritórios**, v. 7, n. 14, p. 98-114, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**.

CANDAU, Vera Maria. Educação e diversidade cultural: desafios teóricos e pedagógicos. **Revista Educação & Sociedade**, v. 29, n. 104, p. 775-796, 2008.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2003.

### PROMOÇÃO



### APOIO





FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: por uma pedagogia da diversidade. In: JESUS, R. (org.) **Negros no Brasil**: contribuições para a reflexão sobre a igualdade racial. Brasília: MEC/UNESCO, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Políticas de educação e relações étnico-raciais: caminhos para a implementação da Lei 10.639/03. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, p. 5-25, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2022.

LOPES, Roseli. Educação e diversidade racial: desafios da inclusão na escola pública. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, n. 72, p. 1-20, 2018.

MACAÉ, Maria da Glória. Educação antirracista e protagonismo negro: práticas escolares em construção. **Revista Retratos da Escola**, v. 10, n. 20, p. 147-160, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Luciana; JESUS, Leandro de. Racismo cotidiano e invisibilização escolar: relatos de estudantes negros do Ensino Fundamental. **Revista Práxis Educacional**, v. 16, n. 43, p. 112-129, 2020.

REIS, Luciana Aparecida dos. Formação docente e relações raciais: desafios para uma prática antirracista na escola pública. **Revista Educação & Realidade**, v. 46, n. 1, p. 1-18, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Alex Ratts da. Representatividade negra na educação: reflexões sobre lugar de fala e identidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 166, p. 430-445, 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação para as relações étnico-raciais: currículo, saberes e práticas. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 40(148), p. 855-872, 2019.



# XII JOINPP Jornada Internacional Políticas Públicas

16 A 19  
SET/2025

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

imperialismo, colonialismo,  
racismo e guerras:  
Balanço e perspectivas  
emancipatórias

100  
ANOS  
SERVIÇO SOCIAL  
NA AMÉRICA LATINA



SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação para as relações étnico-raciais: currículo, saberes e práticas. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 40(148), p. 855-872, 2019.

## PROMOÇÃO



## APOIO

